



*Dele*  
A  
T

ATA-RELATÓRIO  
N.º 6

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR (NUTRICIONISMO) DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR.**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO PERÍODO EXPERIMENTAL (AUDIÊNCIA PRÉVIA)**

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, definiu os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, e, bem assim, estabeleceu, complementarmente, o regime jurídico-funcional aplicável a cada uma das modalidades de constituição da relação jurídica de emprego público.

Por seu turno, a Secção II, do Capítulo II, do Título II, da LTFP, com a epígrafe «Formação do vínculo», consagra um período experimental que corresponde ao tempo inicial da execução do contrato e destina-se a comprovar se o trabalhador possui ou não as competências exigidas pelo posto de trabalho que o trabalhador vai ocupar (artigos 45.º e seguintes), o qual em termos de duração varia em função da carreira e do correspondente grau de complexidade funcional.

Considerando que, face ao disposto no artigo 46.º, sob a epígrafe «Avaliação do trabalhador durante o período experimental», ao acompanhamento, avaliação final, conclusão com sucesso e contagem do período experimental são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Durante o período experimental, o trabalhador admitido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado é acompanhado por um Júri, especialmente constituído para o efeito, que procede no final à avaliação do trabalhador;
- b) A avaliação final toma em consideração os elementos que o júri tenha recolhido, o relatório que o trabalhador deve apresentar e os resultados das ações de formação frequentadas;
- c) A avaliação traduz-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se concluído com sucesso o período experimental quando o trabalhador tenha obtido uma avaliação não inferior a 14 ou 12 valores, consoante se trate ou não, respetivamente, de carreiras e categorias de grau 3 de complexidade funcional;
- d) O termo do período experimental é assinalado por ato escrito, que deve indicar o resultado da avaliação final;
- e) À constituição, composição e funcionamento e competência do Júri, bem como homologação e impugnação administrativa dos resultados da avaliação final dos trabalhadores admitidos em período experimental são aplicáveis as regras previstas para o procedimento concursal, constantes da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, com as necessárias adaptações.

Considerando, adicionalmente, que compete ao Júri do correspondente procedimento acompanhar a avaliação dos trabalhadores admitidos em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ainda que sujeitos a um período experimental destinado a comprovar se o trabalhador possui ou não as competências exigidas pelo correspondente posto de trabalho, bem como proceder à avaliação final, findo o correspondente período experimental.



ATA-RELATÓRIO  
N.º 6

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR (NUTRICIONISMO) DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR.**

Aos 7 dias do mês de setembro de 2022 reuniu o júri do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de **TÉCNICO SUPERIOR (NUTRICIONISMO) DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR**, aberto por aviso n.º 16217/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 200, em 14/10/2020, aviso n.º 80/2020/DIGAT (publicação integral), afixado na página eletrónica, na mesma data e na Bolsa de Emprego, em 15/10/2020 com o código de oferta n.º OE202010/0525, constituído por:

*Maria Celeste Martins da Graça Paulino, Diretora do Departamento Municipal de Educação e Bibliotecas – Presidente do Júri;*

*António Manuel Gomes Pinto, Diretor do Departamento Municipal de Recursos Humanos, que substituirá a Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos – Primeiro Vogal Efetivo;*

*Maria Adelaide Moraes Fernandes, Chefe da Divisão de Administração e Planeamento Escolar – Segundo Vogal Efetivo.*

a fim de, terminado o período experimental da trabalhadora admitida no âmbito do presente procedimento concursal de acordo com o respetivo posicionamento constante da lista unitária de ordenação final, homologada por Despacho da Senhora Vice-Presidente, com competência delegada e subdelegada nos domínios dos Recursos Humanos, de 26 de outubro de 2021, elaborar a avaliação do período experimental da trabalhadora recrutada em 2 de dezembro de 2021, traduzida numa escala de 0 a 20 valores:

**HELENA ISABEL MENDES DA MAIA..... 15,33 valores.**

Finalmente, o Júri, para cumprimento do disposto nos art.ºs 22.º e 28.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, vai proceder à respetiva audição no âmbito do exercício do direito de participação do interessado, dando-lhe conhecimento da classificação obtida e no sentido de o mesmo se pronunciar por escrito, querendo, no prazo de 10 dias úteis sobre as questões pertinentes que possam ser oferecidas, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

E não havendo mais nada a tratar se encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os membros do júri presentes.

Presidente: \_\_\_\_\_

Vogal: \_\_\_\_\_

Vogal: \_\_\_\_\_

2022/09/07